

Governo quer balanço das faculdades privadas

Proposta do ministro Paulo Renato Souza inclui a obrigatoriedade de essas instituições gastarem no mínimo 60% de seus orçamentos com o pagamento dos salários dos professores

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA — As instituições privadas de ensino superior poderão ser obrigadas a publicar anualmente seus balanços contábeis, a exemplo do que fazem as empresas de capital aberto regidas pela Lei das Sociedades Anônimas. A proposta do Ministério da Educação (MEC) inclui a obrigatoriedade de as instituições gastarem no mínimo 60% de seus orçamentos com o pagamento dos salários dos professores.

A exigência poderá ser adotada por meio de medida provisória ou proposta de projeto de lei a ser enviada ao Congresso. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, anunciou a proposta ontem durante o Seminário Nacional de Ensino Superior, em que fez críticas às universidades e convocou o setor a fazer reformas profundas. Segundo ele, a idéia, ainda em estudo, é garantir maior transparência ao setor.

O MEC reconhece a dificuldade em fiscalizar as instituições privadas. Ontem, a assessora especial do ministro, Gilda Portugal, contou que existem 40 fiscais em São Paulo para mais de 500 instituições. A situação, segundo ela, permite burlar a lei. Gilda informou que foi aberta sindicância, depois de recebidas denúncias anônimas, de que a Faculdade Santana teria autorização para 4 mil alunos, mantendo, contudo, o dobro.

Sem autorização — “Coloquei dez pessoas, que foram lá contar aluno por aluno de cada sala”, disse a assessora. Eles confirmaram que existe excesso. Segundo ela, durante a realização do vestibular, a instituição informa o número de vagas ao MEC. “Mas há situações, por exemplo, em que em função da inadimplência as instituições resolvem ampliar as vagas sem autorização.”

Em seu discurso, o ministro Paulo Renato disse que a publicação de balanço dará “transparência de gestão financeira”. Acredita que, por serem entidades sem fins lucrativos e por prestarem serviço público sujeito a fiscalização, deveriam publicar seus balanços. A proporção de 60% nos salários dos professores segue, segundo o ministro, a exigida para Estados e municípios em relação ao ensino fundamental.

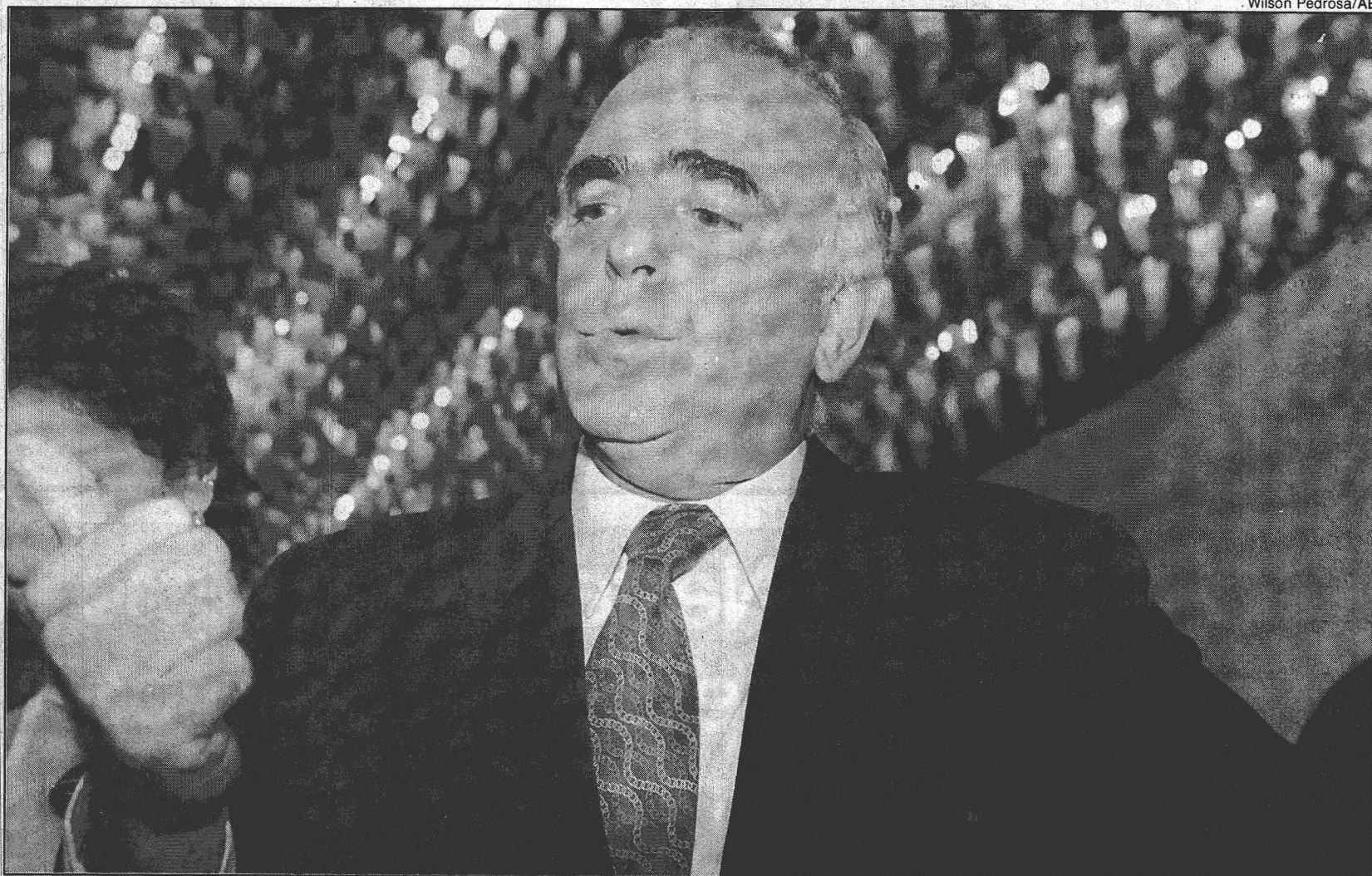
O anúncio do ministro foi mal recebido pelos representantes do setor privado. “Isso é paliativo e não resolve nada”, reagiu Abib Cury, vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup). Segundo ele, o governo não leva em conta os custos e investimentos feitos pelo

setor privado. “Já aplicamos mais de 60% em pessoal”, disse o pró-reitor da Universidade da Cidade de São Paulo, Rubens Lopes Cruz. Ele disse que o caso da Faculdade Santana é isolado e a publicação de balanços não resolve.

Procurados pela reportagem do *Estado* ontem, nenhum dos diretores da Faculdade Santana foi encontrado.

Paulo Renato acredita que o Estado deve reduzir sua função credenciadora, aumentando a de avaliadora. Para a criação de novos cursos, as instituições — ainda que não universitárias, mas com bom histórico de avaliação — poderão gozar de autonomia semelhante à das universidades.

A autorização seria “mais livre” para cursos cujas carreiras são menos regulamentadas, como turismo, relações públicas, publicidade, informática, relações internacionais, comércio exterior. Haveria controle prévio para os que se concentram em áreas de saúde, direito, pedagogia e engenharia. A avaliação das instituições será usada no credenciamento de cursos. “Acabou-se o cartório.”



Paulo Renato: “Há consciência de que muitos diplomas não servem para nada; não preparam nossos jovens para o mundo competitivo”

MEC
RECONHECE
DIFICULDADE
DE FISCALIZAR